

OS TRABALHADORES, A POLÍTICA E AS ELEIÇÕES

JAIME CUBERO

Os anos eleitorais são pródigos em demonstrar, em toda a sua nudez e sem disfarces, o que é a má política, ou melhor, a política — arte de conquistar o poder e de conservá-lo — com todo o seu cortejo de oportunismos, misérias, infâmias, indecências e processos excusos.

A política, como método de ação, é um método indireto, mediato, o qual exige a ação de intermediários. Como sempre sucede, o meio acaba tornando-se mais importante do que o fim, pois tende a substituí-lo; a luta emancipadora que tende para um ideal final, acaba por endeusar os meios, como acontece nos países sob regime marxista, onde se diviniza o Estado.

Todos os partidos, principalmente os que trazem em suas siglas referências aos termos social e socialismo, trabalhadores e trabalhismo etc., que acenam com grandes reformas sociais, oferecem a ilusão de que através da tomada do poder ou dos cargos eletivos promoverão a emancipação, e precisamente essa ilusão tem sido o maior mal na luta dos trabalhadores.

Todos os partidos políticos terminam fatalmente, mais dia menos dia, por se preocupar mais com os meios do que com os fins. Por isso combatemos a polí-

tica e a julgamos o processo mais falso na luta pela emancipação social.

Numa sociedade capitalista, a política só pode favorecer o autoritarismo, o cesarismo, pois não é o meio apropriado para as transformações sociais, as quais devem ser feitas pela ação congregada das próprias organizações populares, por livre iniciativa.

A luta contra a política é uma luta de moralização social. A transformação social é obra de todos, a todos compete, e todos precisam empregar os maiores esforços para conseguir realizá-la. A política tende para o menor número, para um grupo de privilegiados. É o mesmo fenômeno que acontece com a organização burocrática, em que o burocrata cada vez mais se burocratiza. O político cada vez mais se "politiquiza".

Enquanto os que almejam o socialismo usarem a arma da política, estarão fazendo o papel das classes dominantes, estarão servindo-as. Para a burguesia, nada melhor do que a luta partidária e eleitoralista dos partidos operários. Ela sabe perfeitamente que, por esses meios, o proletariado se afasta cada vez mais de sua verdadeira luta, e adia, continuamente, o dia da renovação social que há tanto vem sendo desejada.

A luta política, dentro dos quadros legais do capitalismo, é uma luta essencialmente burguesa. Com a base econômica e financeira dominada pela burguesia e por seus testas-de-ferro, a ação dos representantes operários cinge-se às cadeias férreas das leis burguesas. Não é possível romper essas barreiras e, na armadilha dos parlamentos, caem os mais puros e

ingênuos lutadores das grandes reivindicações operárias.

Infundável é a procissão dos acusados de desvio de seus verdadeiros princípios, e incontáveis são os episódios, ao longo da história, de choques e acusações, traições, acordos realizados, conchavos e combinações, corrupção e desvios. Geralmente acusações feitas por "incorruptíveis" que ao tomarem o poder, tornam-se iguais, em tudo e por tudo, aos antigos "traidores" tão terrivelmente acusados. E a cegueira partidária esconde a realidade e a verdadeira significação degenerativa que existe na luta eleitoral e política.

A luta política é uma luta burguesa.

Sabe a burguesia que a sociedade deve ser transformada. Ela sabe perfeitamente que a ordem por ela instituída é injusta e que não corresponde aos anseios dos oprimidos, empolgados pela esperança de se libertarem. Por mais que seus teóricos possam criar filosofias e doutrinas para provar que o regime capitalista mercantil, fundado no lucro a todo custo, é o que melhor corresponde aos desejos e estímulos humanos, a burguesia sabe que não poderá deter a marcha da História, mas sabe também que poderá, pelo menos, retardá-la. As reformas e as transformações da sociedade serão inevitáveis. Elas sobreviverão, mas é possível retardá-las. E A POLÍTICA É A GRANDE ARMA BURGUESA DE RETARDAMENTO.

A burguesia sabe que os partidos operários são seu melhor aliado, o aliado silencioso, o aliado indireto. Com suas agitações eleitorais eles dão vazão às forças do proletariado, aos seus desejos de rebeldia e mu-

danças. É uma forma de desviar esses impulsos, tão perigosos, para fins muito mais interessantes aos senhores do mundo.

Toda carga ativa das massas, prestes a explodir, é canalizada habilmente para a campanha eleitoral. Mas se esse esforço fosse empregado para uma ação direta das massas, para a educação socialista — só entendemos socialismo como liberdade — em meios práticos de luta e de organização econômica para uma vida socialista libertária, o resultado seria bem outro.

A crítica anarquista à luta eleitoral vai longe e os argumentos poderiam encher volumes.

A luta eleitoral é a luta pelos meios, é a *ação indireta*.

A luta pelos fins é a *Ação Direta*.

Os socialistas libertários preferem esta última e a justificam. A primeira é um desvio do verdadeiro impulso humano de ação que, no oprimido, manifesta-se num impulso de rebeldia. A segunda são os impulsos realizando-se plenamente, plenamente conscientes e criadores, com todo o seu caráter de iniciativa. A primeira, cria massas e as conserva como tal, isto é, como massas de manobra, como multidões obedientes aos gestos e às palavras de ordem dos líderes e chefes. A segunda, desenvolve no homem a capacidade criadora, porque não tira das massas o espírito de iniciativa e modela indivíduos, pessoas.

Julho de 1986

O GOVERNO REPRESENTATIVO

PARTE III

PIOTR KROPOTKIN

Os vícios das Assembleias representativas não nos surpreenderão, com efeito, se refletirmos, um momento apenas, sobre a maneira como elas recrutam-se e como funcionam.

É necessário que eu pinte aqui o quadro tão revoltante, tão profundamente repugnante, e tão conhecido por nós — o quadro das eleições? Na burguesa Inglaterra e na democrática Suíça, na França, assim como nos Estados Unidos, na Alemanha como na República Argentina, esta triste comédia não é sempre a mesma em qualquer lugar?

É preciso contar de que forma os cabos e os comitês eleitorais “forjam”, “arrebata” uma eleição, semeando à direita e à esquerda promessas políticas em reuniões ou em público. De que modo eles penetram nas famílias bajulando a mãe, o filho, acariciando, se necessário, o cachorro asmático ou o gato do “eleitor”? De que maneira eles invadem os bares, convertem os eleitores e enganam os menos falantes levando-os a discussões, como esses compadres de escroqueria que os arrastam ao jogo de baralho? De que forma o candidato, depois de ter feito com que o desejassem, aparece finalmente no meio de seus “caros eleitores” com o sorriso indulgente, olhar modesto,

voz aveludada — assim como a velha megera, locadora de quartos em Londres, que busca cativar um locatário através de seu doce sorriso e seus olhares angelicais? É preciso enumerar os programas mentirosos — todos mentirosos — sejam eles oportunistas ou socialistas revolucionários, aos quais o próprio candidato, por pouco inteligente que seja e por pouco que conheça a Câmara, não crê sequer um pouco mais nela do que nas predições do “*Messenger Boîteux*” e que defende com uma vivacidade, uma impostação de voz, um sentimento dignos de um louco ou de um saltimbanco?

E quando o governo intervém, com seus “cargos”, seus cem mil “cargos” negociados, sua alta proteção prometida aos locais de jogo e de vício, sua imprensa descarada, seus delatores, seus escroques, seus juízes e seus agentes...

Não, basta! Deixemos esta lama, não a agitemos! Limitemo-nos simplesmente a fazer esta pergunta: há uma única paixão humana, a mais vil, a mais abjeta de todas que não seja colocada em jogo num dia de eleição? Fraude, calúnia, vulgaridade, hipocrisia, mentira, toda a lama que repousa no fundo da besta humana — eis o belo espetáculo que nos oferece um país a partir do momento em que se lança em período eleitoral.

É assim, e não pode ser de outra forma, enquanto houver eleições para se escolher governantes. Coloquem somente trabalhadores num local, somente iguais, que um belo dia colocarão na cabeça a ideia de se dar governantes — e será ainda a mesma coisa. Não se distribuirão mais pernis; distribuir-se-á adulação, mentira — e tudo permanecerá como antes.

O que se espera colher de melhor quando se põem em leilão seus direitos mais sagrados?

O que se pede, com efeito, aos eleitores? Encontrar um homem ao qual se possa confiar o direito de legislar sobre tudo aquilo que eles têm de mais sagrado: seus direitos, seus filhos, seu trabalho!

Alguém se surpreenderia em ver todas as paixões postas em jogo quando se procura um governante para ser investido de semelhante poder? Quando a Espanha colocava seu trono vago em leilão, surpreendiam-se em ver os flibusteiros chegar de todas as partes? Enquanto este leilão dos poderes reais permanecer, nada poderá ser reformado: a eleição será a feira de vaidades e de consciências.

Assim, mesmo que se cerceasse ainda que pouco o poder dos deputados, mesmo que o fracionássemos fazendo de cada comuna um pequeno Estado — tudo permaneceria tal qual.

Compreende-se a delegação (de poderes) quando cem, duzentos homens que se encontram todos os dias em seu trabalho, em seus negócios comuns, que se conhecem a fundo, uns aos outros, que discutiram sob todos seus aspectos um assunto qualquer e que chegaram a uma decisão, escolhem alguém e enviam-no a entender-se com outros delegados do mesmo gênero sobre esse assunto específico. Assim, a escolha faz-se em pleno conhecimento de causa, todos sabem o que podem confiar a seu delegado. Esse delegado, por sinal, nada mais fará que expor diante de outros delegados as considerações que levaram seus representantes a tal conclusão. Nada podendo impor, buscará o entendimento e voltará com uma simples pro-

posição que os mandatários poderão aceitar ou recusar. Foi assim que nasceu a delegação: quando as Comunas enviavam seus delegados para outras Comunas, não tinham outro mandato. É assim que fazem, ainda hoje, os metereologistas, os estatísticos em seus congressos internacionais, os delegados das companhias ferroviárias e das administrações postais de diversos países.

Mas, o que se pede agora aos eleitores? Pede-se a dez, vinte mil homens (a cem mil nas eleições gerais) que não se conhecem, que nunca se veem, jamais se encontram para discutir um assunto de interesse comum, que se entendam na escolha de um homem. Observemos ainda que esse homem não será enviado para expor um assunto preciso ou defender uma resolução que concerne a tal assunto específico. Não, ele deve ser bom para fazer tudo, legislar sobre qualquer coisa e sua decisão será lei. O caráter primitivo da delegação encontrou-se completamente travestido, tornou-se um absurdo.

Este ser onisciente que se procura hoje não existe. Mas eis um cidadão honesto que reúne certas condições de probidade e de bom senso com um pouco de instrução. É ele que será eleito? Evidentemente que não. Há apenas vinte pessoas em seu Colégio Eleitoral que conhecem suas excelentes qualidades. Ele nunca procurou fazer propaganda de si, despreza os meios usuais de fazer barulho em torno de seu nome, não reunirá jamais mais de 200 votos. Não o lançarão sequer candidato, e chamar-se-á um advogado ou um jornalista, um orador eloquente ou um escrevinhador que levará ao parlamento seus modos do

fórum e do jornal, e irá reforçar o rebanho de votos da situação ou da oposição. Ou, ainda, será um empresário, orgulhoso em se dar o título de deputado e que não desistirá diante de um gasto de 10.000 francos para conquistar a notoriedade. E lá onde os modos são eminentemente democráticos, como nos Estados Unidos, lá onde os comitês constituem-se facilmente e contrabalançam a influência da fortuna, escolher-se-á o pior de todos, o político profissional, o ser abjeto tornado hoje a chaga da grande República, o homem que faz da política uma indústria e que a pratica segundo os procedimentos da grande indústria — propaganda, escândalos, corrupção.

Mudem o sistema eleitoral como quiserem: substituam o escrutínio de distrito pelo escrutínio geral, façam as eleições em dois turnos como na Suíça (falo das reuniões preparatórias), modifiquem tanto quanto possível, apliquem o sistema nas melhores condições de igualdade, façam e refaçam os colégios eleitorais —, o vício intrínseco da instituição permanecerá. Aquele que souber reunir mais da metade dos sufrágios (salvo as raríssimas exceções) entre os partidos perseguidos, será sempre o homem nulo, sem convicções — aquele que sabe contentar a todo o mundo.

É por isso que — Spencer já o observou — os parlamentos são geralmente tão mal compostos. A Câmara, diz ele em sua *Introdução*, é sempre inferior à média do país, não somente como consciência, mas também como inteligência. Um país inteligente reduz-se em sua representação. Quanto à probidade dos deputados, sabemos o que ela vale. Leiam o que dizem os ex-ministros que os conheceram e apreciaram.

Que pena que não existam meios especiais para que os eleitores possam ver sua "Câmara" trabalhando. Eles se sentiriam rapidamente enjoados. Os antepassados embriagavam seus escravos para ensinar a seus filhos o desgosto da embriaguez. Parisienses, vão pois à Câmara ver seus representantes para que possam sentir nojo do governo representativo.

A esta corja de nulidades o povo abandona todos os seus direitos, salvo o de destituí-los de vez em quando e de escolher outros. Mas como a nova assembleia, constituída segundo o mesmo sistema e encarregada da mesma missão, será tão má quanto a precedente, a grande massa acaba por se desinteressar pela comédia e limita-se a alguns remendos, aceitando alguns novos candidatos que conseguem impor-se.

Mas se a eleição já está tomada por um vício constitucional, irreformável, o que dizer da maneira como a assembleia desempenha seu mandato? Reflitam um minuto apenas e verão imediatamente a inutilidade da tarefa que vocês lhe impõem.

Seu representante deverá emitir uma opinião, um voto, sobre toda a série, variada ao infinito, de questões que surgem nesta formidável máquina — o Estado centralizado.

Ele deverá votar o imposto sobre os cães e a reforma do ensino universitário, sem jamais ter colocado os pés na universidade, nem sabido o que é um cão de caça. Ele deverá pronunciar-se sobre as vantagens do fuzil Gras e sobre a escolha da localização para os haras do Estado. Ele votará sobre filoxera, o guano, o tabaco, o ensino primário e o saneamento das cidades; sobre a Cochinchina e a Guiana, sobre

as chaminés e o Observatório de Paris. Ele que viu os soldados apenas nas paradas, formará as divisões, e sem nunca ter visto um árabe, vai fazer e desfazer o Código Agrário Muçulmano na Argélia. Votará a barretina ou o quepe segundo os gostos de sua esposa. Protegerá o açúcar e sacrificará o fermento. Matará a vinha pensando protegê-la; votará o reflorestamento contra a pastagem e protegerá a pastagem contra a floresta. Ele estará instruído sobre os Bancos. Destruirá tal canal por uma ferrovia, sem saber exatamente em qual parte da França situam-se um e outra. Acrescentará novos artigos ao Código Penal sem jamais o ter consultado. Proteu onisciente e onipotente, hoje militar, amanhã criador de porcos, alternadamente banqueiro, acadêmico, limpador de esgotos, médico, astrônomo, fabricante de drogas, negociante, segundo a ordem do dia da Câmara, não hesitará jamais. Habitado em sua função de advogado, jornalista ou orador de reuniões públicas, a falar do que não conhece, votará sobre todas estas questões, com essa única diferença que em seu jornal ele divertia o zelador, no tribunal acordava com sua voz os juízes e os jurados sonolentos, e que na Câmara sua opinião será lei para trinta, quarenta milhões de habitantes.

E como lhe é materialmente impossível ter sua opinião sobre os mil assuntos para os quais seu voto será lei, ele falará mexericos com seu vizinho, passará seu tempo a beber, escreverá cartas para reaquecer o entusiasmo de seus "caros eleitores", enquanto um ministro lerá um relatório repleto de números alinhados para a circunstância por seu chefe de gabinete; e, no momento do voto, ele se pronunciará a favor ou

contra o relatório, segundo o sinal do líder de seu partido.

Assim também, uma questão de engorda para os porcos ou equipamento para o soldado será nos dois partidos, do governo e da oposição, uma questão de escaramuça parlamentar. Eles não se perguntarão se os porcos necessitam de engorda, nem se os soldados já estão sobrecarregados como camelos no deserto — a única questão que lhes interessará será a de saber se um voto afirmativo beneficia seu partido. A batalha parlamentar acontecerá sobre o dorso do soldado, do agricultor, do trabalhador de indústria, no interesse do governo ou da oposição.

Pobre Proudhon, imagino seus dissabores quando teve a ingenuidade infantil, ao entrar para a Assembleia, de estudar a fundo cada uma das questões na ordem do dia. Ele levava à tribuna números, ideias — nem sequer o escutavam. As questões são todas resolvidas bem antes da sessão, por essa consideração tão simples: é útil, é nocivo ao nosso partido? Feita a contagem dos votos, os obedientes são registrados, os indisciplinados são sondados, contados cuidadosamente. Os discursos só são pronunciados para a encenação: só são escutados se eles têm valor artístico ou se servem para escândalo. Os ingênuos imaginam que Roumestan chegou à Câmara por sua eloquência, e Roumestan, após a sessão, calcula com seus amigos de que maneira poderá livrar-se das promessas feitas para conquistar o voto. Sua eloquência nada mais era que uma cantata de circunstância, composta e cantada para divertir a galeria, para reaquerer sua popularidade através de frases pomposas...

“Desviar um voto!”, mas quem são esses que desviam estes votos que fazem pender para um lado ou outro a balança parlamentar? Quem são esses que derrubam e refazem os governos e que dotam o país de uma política de reação ou de aventuras exteriores? Quem decide entre o governo e a oposição?

São esses a quem se chamou tão justamente de “os sapos do pântano”. Esses que não têm nenhuma opinião, esses que se sentam sempre entre duas cadeiras, que flutuam entre os dois partidos principais da Câmara.

É precisamente esse grupo — uns cinquenta indiferentes, gente sem convicção nenhuma, que fazem a pirueta entre os liberais e os conservadores, que se deixam influenciar pelas promessas, cargos, bajulação ou pânico, — esse pequeno grupo de nulidades que dando ou recusando seus votos, decide todos os assuntos do país. São eles que fazem as leis ou as revogam. São eles que dão sustentação ou derrubam os governos, e mudam a direção da política. Uns cinquenta indiferentes fazendo as leis do país — eis a que se reduz, em primeira análise, o regime parlamentar.

Isto é inevitável, qualquer que seja a composição do parlamento, esteja ele repleto de estrelas de primeira grandeza e de homens íntegros — a decisão pertencerá... aos sapos do pântano! Nada disso pode ser mudado enquanto a maioria comandar.

Após ter brevemente indicado os vícios constitucionais das Assembleias Representativas, deveríamos agora mostrar estas assembleias trabalhando. Deveríamos mostrar como é que todas, desde a Convenção

até o Conselho de Comuna de 1871, desde o parlamento inglês até a Skupchtchina sérvia, são manchadas de nulidade; de que maneira suas melhores leis não foram outra coisa, segundo a expressão de Buckle, senão a abolição de leis precedentes; como estas leis tiveram de ser arrancadas pela cólera do povo, por meios insurrecionais. Seria uma história a contar, mas ela ultrapassaria o quadro de nosso texto.

Aliás, alguém que sabe raciocinar sem se deixar perder pelos preconceitos de nossa educação viciosa achará ele próprio numerosos exemplos na história do governo representativo de nossos dias. E ele compreenderá que, qualquer que seja o corpo representativo, seja ele composto de operários ou de burgueses, seja ele até mesmo amplamente aberto aos socialistas-revolucionários, ele conservará todos os vícios das assembleias representativas. Estes últimos não dependem dos indivíduos, eles são inerentes à instituição.

Sonhar com um Estado operário, governado por uma Assembleia eleita, é o mais insano dos sonhos que nos inspira nossa educação autoritária.

Como não se pode ter um bom rei, nem na figura de Rienzi, nem na de Alexandre III, assim também não se pode ter um bom parlamento. O futuro socialista encontra-se em outra direção: ele abrirá para a humanidade novas vias na ordem política bem como na ordem econômica.

FRAGMENTOS

MIKHAIL BAKUNIN

O povo, que é forçosamente ignorante e indifferente devido à situação econômica na qual ainda se encontra, só conhece bem as coisas que o tocam de muito perto. Ele compreende bem os seus interesses cotidianos, as suas ocupações de todos os dias. Para além disso começam para ele o desconhecimento, o incerto e o perigo das mistificações políticas. (*Os Ursos de Berna e os Ursos de S. Petersburg*).

... O sufrágio universal, como ia dizendo, é a exibição ao mesmo tempo mais ampla e refinada do charlatanismo político do Estado; um instrumento perigoso, sem dúvida, e que exige uma grande habilidade da parte de quem o utiliza, mas que, se souber servir-se dele, é o meio mais seguro de fazer com que as massas cooperem na edificação de sua própria prisão. Napoleão III baseou toda a sua força no sufrágio universal que nunca iludiu a sua confiança. Bismarck fez dele a base de seu império "cnutegermânico" (*L'Empire knouto-germanique*).

"Um dos primeiros atos do governo provisório", diz Proudhon, "aquele que foi mais congratulado, foi a aplicação do sufrágio universal. No próprio dia em que o decreto foi promulgado, nós escrevemos estas palavras, que podiam então passar por um paradoxo: o sufrágio universal é a contrarrevolução. Pode-se

julgar, segundo os acontecimentos, se nós nos enganamos. As eleições de 1848 foram feitas, em sua grande maioria, pelos padres, pelos legitimistas, pelos dinásticos, por tudo o que a França tem de mais reacionário, de mais retrógrado. Não poderia ter sido de outro modo”.

Não, não podia ser e ainda hoje não pode ser diferente, enquanto a desigualdade das condições econômicas e sociais de vida continuar a prevalecer na organização da sociedade; enquanto a sociedade permanecer dividida em duas classes, em que uma, a classe exploradora e privilegiada, goza de todas as vantagens da fortuna, da instrução e do lazer, e à outra, incluindo todo o proletariado, só lhe cabe o trabalho manual, maçante e forçado, a ignorância, a miséria, e a sua acompanhante obrigatória, a escravatura, não de direito, mas de fato.

Sim, a escravatura, por maiores que sejam os direitos políticos que se atribuem a esses milhões de proletários assalariados, verdadeiros condenados à fome, nunca conseguirão subtraí-los à influência perniciosa, ao domínio natural dos diversos representantes da classe privilegiada, desde o padre até o republicano burguês mais jacobino, mais vermelho. (*Ibid.*).

Mas, dir-se-á: os trabalhadores, tendo tomado mais juízo pela própria experiência que fizeram, não enviarão mais burgueses para as Assembleias Constituintes ou Legislativas, só enviarão operários... Sabem o que vai resultar disto? Os operários deputados, transportados para condições de existência burguesas, deixando de ser trabalhadores de fato para se tor-

narem homens de Estado, tornar-se-ão burgueses, e talvez ainda mais burgueses do que os próprios. Os homens não fazem as posições, pelo contrário, são as posições que fazem os homens. E nós sabemos por experiência que os burgueses muitas vezes não são menos egoístas do que os burgueses exploradores, nem menos prejudiciais para a Internacional do que os burgueses socialistas, nem menos vaidosos e ridículos do que os burgueses enobrecidos. (*Política da Internacional*).

Quer isto dizer que nós, socialistas revolucionários, não queremos o sufrágio universal, e que preferimos tanto o sufrágio restrito quanto o despotismo de um único? De modo algum. O que nós afirmamos é que o sufrágio universal, considerado isoladamente e agindo numa sociedade baseada na desigualdade econômica e social, nunca será para o povo senão um chamariz; que, da parte dos democratas burgueses, nunca será senão uma odiosa mentira, o instrumento mais seguro para consolidar, com uma aparência de liberalismo e de justiça, em detrimento dos interesses e da liberdade populares, a eterna dominação das classes exploradoras e possuidoras.

Por isso nós negamos que o sufrágio universal seja um instrumento de que o povo possa servir-se para conquistar a justiça ou a igualdade econômica e social, visto que, como acabo de demonstrá-lo, o sufrágio universal exercido... no meio da dependência e da ignorância popular... produzirá necessariamente e sempre um voto contrário aos interesses do povo...

A partir disto, nós afirmamos que os pretensos democratas socialistas que, nos países em que o sufrá-

gio universal ainda não existe, esforçam-se para persuadir o povo a conquistá-lo acima de tudo, como o fazem hoje os chefes do partido da democracia socialista na Alemanha, dizendo-lhe que a liberdade política é a condição prévia de sua emancipação econômica, ou são vítimas de um erro funesto, ou então enganam o povo. Ignoram realmente, ou fingem ignorar que esta liberdade política prévia, que existe necessariamente fora da igualdade econômica e social, visto que ela deverá preceder esta última, será essencialmente uma liberdade burguesa, isto é, baseada na escravidão econômica do povo, e por isso incapaz de produzir o seu contrário e criar esta igualdade econômica e social que implica a destruição da liberdade exclusiva dos burgueses?

... Para mim, hoje, já não há piores inimigos do povo do que os que procuram desviá-lo da revolução social, a única que lhe pode dar a verdadeira liberdade, a justiça e o bem-estar, para arrastá-lo novamente para as experiências enganadoras destas reformas ou destas revoluções exclusivamente políticas, das quais ele foi sempre o instrumento, a vítima e o papalvo. (*Manifesto de 114 páginas, escrito em Marselha — 1870*).